



Índice

- 01** Índios ocupam propriedade rural no Paraná
- 02** Índios xacriabás ocupam fazenda em Minas Gerais e cobram demarcação
- 03** PROTESTO PEC 215: Cerca de 600 índios bloqueiam rodovia em MS contra PEC que tira autonomia da Funai
- 04** MPF/SP: Justiça Federal mantém índios Guarani em suas terras em São Bernardo do Campo
- 05** Programa federal prestará assistência técnica rural a pescadores e índios
- 06** RS: Indígenas e agricultores rejeitam troca de terras proposta pelo Piratini
- 07** Autores reivindicam espaço para a literatura indígena nas escolas
- 08** Indígenas na Bienal apostam na literatura para preservar cultura de seu povo
- 09** CNA registra 105 invasões indígenas e presidente pede proteção
- 10** Adiada para amanhã reunião sobre demarcação de terras indígenas



Índios ocupam propriedade rural no Paraná

SÍTIO PORTAL EBC, 03.09.2013

Alex Rodrigues - Agência Brasil

Brasília – Cerca de 20 índios awá-guaranis ocuparam nesta terça-feira (3), durante algumas horas, uma propriedade rural de Guaíra (PR), na fronteira com o Paraguai. A manifestação teve o intuito de exigir melhorias na aldeia Tekohá Mirim, como o fornecimento de água e de energia elétrica, e a construção de uma escola em substituição à construção que a comunidade e que foi derrubada por uma ventania no primeiro semestre deste ano.

Segundo a assessoria da prefeitura, a Tekohá Mirim é uma das oito aldeias existentes em Guaíra, onde antropólogos contratados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) fazem estudos antropológicos para identificar e delimitar uma área que os awá-guaranis dizem ter pertencido aos seus antepassados. A criação da reserva é uma reivindicação dos índios.

Segundo o tenente Daniel Zambon, responsável pelo quartel da Polícia Militar na cidade, em alguns momentos o clima ficou tenso. Com a chegada de diversos produtores rurais, índios de outras aldeias se juntaram ao grupo que ocupava a fazenda. Representantes da prefeitura, do Ministério Público Federal (MPF) e da Funai foram ao local para mediar o conflito e negociar a desocupação da propriedade. De acordo com o tenente, nenhum ato de violência foi registrado.

O secretário de administração da prefeitura, João Fernando Grecillo, acompanhou os representantes da prefeitura, do Ministério Público Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai) que negociaram a desocupação da propriedade. De acordo com ele, os índios deixaram o local após as autoridades se comprometerem a fazer, em breve, uma reunião para discutir o atendimento a algumas das reivindicações indígenas. A intenção da prefeitura é tentar fazer a reunião amanhã (4).

Há três meses, ao visitar a aldeia, procuradores da República, técnicos da Funai e um delegado da Polícia Federal (PF) constataram que cerca de 70 pessoas, ou 20 famílias, vivem na aldeia Tekohá Mirim. As crianças somam cerca de um terço da população local. Segundo o relatório da visita divulgado pela Procuradoria da República na cidade, o fornecimento de água potável é a necessidade mais emergencial da comunidade, que consome uma água de rio muitas vezes barrenta.

Ainda de acordo com o documento da procuradoria, o cacique Arnaldo Dias informou ao grupo de autoridades que a aldeia não recebia a visita de agentes de saúde e de policiais e que só em casos de emergência funcionários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) vão à aldeia.

Edição: Fábio Massalli



Índios xacriabás ocupam fazenda em Minas Gerais e cobram demarcação
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 03.09.2013

Segundo a Polícia Militar (PM), não houve, até o momento, registro de confrontos ou de agressões físicas

Agência Brasil

Cerca de 500 índios xacriabás, entre homens e mulheres, ocupam, desde a tarde do último domingo (1º), uma fazenda em Itacarambi, no norte de Minas Gerais, alegando que a propriedade está no interior da área que pertenceu ao seu povo e cobram que o governo conclua o processo de demarcação de uma nova área indígena, que se somará às duas já existentes na região.

Segundo a Polícia Militar (PM), não houve, até o momento, registro de confrontos ou de agressões físicas. De acordo com o sargento Flávio Alexandre Chaves, que comandou a equipe da PM que atendeu a ocorrência na manhã de ontem (2), os donos da Fazenda São Judas Tadeu firmaram acordo com os índios que se comprometeram a garantir a integridade física dos oito funcionários que estavam no local e a não danificar a fazenda e as instalações. A Fundação Nacional do Índio (Funai), contudo, diz que os índios foram ameaçados e que um boletim de ocorrência chegou a ser registrado pela PM mineira.

O sargento informou que a fazenda fica na Comunidade de Vargem Grande, a 36 quilômetros da sede de Itacarambi. Os índios chegaram ao local por volta das 13 horas de domingo, mas os fazendeiros só acionaram a PM na manhã de segunda-feira. Uma equipe da polícia esteve no local, mas como a ocupação já havia ocorrido, deixou a área.

"Provavelmente, a Polícia Federal [PF] agora é que vai ter que intervir. Não há mais o que a PM possa fazer nesse caso, se não acompanhar o desenrolar dos fatos", acrescentou o sargento à Agência Brasil, lembrando que ocorrências envolvendo índios ou registradas no interior de terras indígenas são de competência da PF.

O conflito entre índios e fazendeiros do norte de Minas Gerais por disputa de terras se estende há vários anos. Parte da terra Xacriabá foi homologada em julho de 1987, por meio do Decreto Presidencial 94.608, publicado cinco meses após o assassinato de três lideranças xacriabás por pistoleiros que invadiram a aldeia indígena. O decreto ratificou o aval da Funai, que havia reconhecido a área como "de posse imemorial do grupo xacriabá", que ocupa "áreas do município de Itacarambi ao menos desde o século 18".

CONT.



Atualmente, segundo a Funai, há duas terras indígenas já regularizadas na região: a Xacriabá, com 46.416 hectares, e a Xacriabá Rancharia, com 6.798 hectares. Os xacriabás, no entanto, ainda reivindicam a regularização de uma nova área. Em 2007, a Funai inicia novos estudos para identificação e delimitação da área. De acordo com a assessoria da fundação, vinculada ao Ministério da Justiça, o relatório de identificação e delimitação da área foi previamente aprovado pela Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Funai. A expectativa do órgão é que, em breve, o resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação seja publicado no Diário Oficial da União.

A publicação do resumo, com as conclusões dos antropólogos contratados pela Funai para certificar se a área reivindicada é terra tradicional indígena, é a segunda etapa do processo de criação de uma reserva indígena. Depois da divulgação, é necessário que o Ministério da Justiça publique portaria reconhecendo a área como terra tradicional indígena. A última etapa do processo é a homologação pela Presidência da República.



PROTESTO PEC 215: Cerca de 600 índios bloqueiam rodovia em MS contra PEC que tira autonomia da Funai

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 04.09.2013

Eles protestam contra a PEC 215, que tira a autonomia da Funai para a demarcação de terras.

Cerca de 600 índios de quatro comunidades estão bloqueando a BR-060, sentido Nioaque a Sidrolândia, a cerca de 12 quilômetros da cidade na manhã desta quarta-feira (4) em Mato Grosso do Sul. Eles protestam contra a PEC 215, que tira a autonomia da Funai para a demarcação de terras.

De acordo com Sérgio Marques, da Funai de Nioaque, as comunidades Água Branca, Brejão, Cabeceira e Taboquinha estão no local para que o manifesto chegue até Brasília. "A votação é hoje e a preocupação dos índios é na morosidade do processo de remarcação de terras".

A ementa acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

Fonte: Midiamax



MPF/SP: Justiça Federal mantém índios Guarani em suas terras em São Bernardo do Campo

SÍTIO CEDEFES, 03.09.2013

Lauda antropológico do MPF/SP demonstra que terras são tradicionalmente ocupadas pelos índios; área já foi identificada e delimitada pela Funai

Seguindo manifestação do Ministério Público Federal em São Paulo (MPF/SP), a Justiça Federal indeferiu pedido de reintegração de posse movido por particulares que resultaria na expulsão de uma comunidade indígena da etnia Guarani de suas terras em Curucutu, São Bernardo do Campo.

A decisão, em caráter liminar, é do dia 26 de agosto. De acordo com a juíza federal substituta Karina Lizzie Holler, "não há elementos suficientes para justificar a reintegração pretendida, devendo ser mantida a ocupação dos índios até a decisão final (do processo)".

Em março de 2013, um grupo de sete pessoas propôs contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) uma ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, sob a alegação de que terras de sua propriedade no Sítio Curucutu, no Bairro Curucutu, em São Bernardo do Campo, haviam sido invadidas por indígenas, que teriam construído casas no local e promovido o desmatamento da área.

Perdas e danos - Na ação, de número 0001749-67.2013.403.6114, esses particulares pediam a imediata reintegração de posse, com a expulsão dos indígenas do local, e, ao final, que a Funai fosse condenada a ressarcir eventuais perdas e danos.

Como se trata de processo que envolve direitos de povos indígenas, o MPF/SP passou a ser parte no processo, ao lado da Funai. Em sua manifestação, o procurador da República Steven Shuniti Zwicker, além de apontar uma série de equívocos formais no pedido de reintegração de posse, destaca que os autores nem sequer mencionaram que a área encontra-se em processo de demarcação.

Foi ignorada a existência do Processo Administrativo Funai/BSB 633/2004, que visa à demarcação da Terra Indígena (TI) denominada Tenondé Porã, com extensão total de aproximadamente 15.700 hectares, ocupada pelos Guarani. De acordo com a antropóloga Deborah Stucchi, do MPF/SP, nesse caso específico trata-se do subgrupo Guarani identificado como Mbyá.

O grupo de particulares alega ser proprietário das terras desde 1975; como prova, apresentaram escritura de compra e venda outorgada em 1975. Testemunhas afirmam, entretanto, que os supostos proprietários raramente frequentam o local, o que é confirmado

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 160 / 2013

Brasília, 04 de setembro de 2013.

inclusive pelo depoimento pessoal de um dos autores da ação. Essa mesmas testemunhas confirmaram a presença habitual de índios na propriedade.

Para a Justiça, a presença habitual foi considerada indício suficiente de que o local é terra indígena, e, portanto, não seria cabível a reintegração.

Fonte: Procuradoria da República no Estado de S. Paulo



Programa federal prestará assistência técnica rural a pescadores e índios

SÍTIO REVISTA SAFRA, 03.09.2013

Serão oferecidos, durante dois anos, serviços de apoio a 1,5 mil famílias indígenas gaúchas e 2,5 mil famílias baianas de pescadores artesanais

Famílias indígenas e de pescadores artesanais em situação de extrema pobreza do Rio Grande do Sul e da Bahia integrarão a rota de inclusão produtiva rural do governo federal em setembro. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está capacitando técnicos para prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para um total de 4 mil famílias, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Os cursos de orientação para os agentes de Ater começaram ontem (2), em Passo Fundo (RS) e Juazeiro (BA), e seguem até sexta-feira (6).

As 1,5 mil famílias indígenas gaúchas e 2,5 mil famílias pescadoras artesanais baianas terão, cada uma, dois anos de serviços de Ater e receberão os recursos não reembolsáveis de R\$ 2,4 mil do programa de fomento para implantação de um projeto produtivo. O governo federal investiu cerca de R\$ 9 milhões nas duas chamadas públicas. O objetivo da ação é aumentar a capacidade produtiva dessas famílias, promovendo a segurança alimentar e nutricional e o incremento na renda.

De acordo com o coordenador-geral para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, o curso para esses agentes de Ater é diferenciado e focado na realidade dessas famílias. "O MDA vem aperfeiçoando, cada vez mais, as ações voltadas para esses povos. E essa orientação é importante para que esses agentes entendam melhor o contexto e a realidade em que vivem essas famílias, para que haja um maior entendimento na assistência técnica", afirma.

A primeira etapa dos serviços de Ater é o diagnóstico das famílias e comunidades feito pelos agentes de Ater. Após essa fase, é elaborado um plano de assistência técnica e, em seguida, é feito o acompanhamento por esse agente, aliado ao fomento de R\$ 2,4 mil para cada família – uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ministério do Desenvolvimento Agrário



RS: Indígenas e agricultores rejeitam troca de terras proposta pelo Piratini
SÍTIO CIFEIJÃO, 03.09.2013

Governo oferece mais de 6 mil hectares à União para resolver conflito de terras no Interior

Correio do Povo

A proposta do governo do Estado de disponibilizar 6 mil hectares de terras para agricultores e indígenas não foi bem recebida por líderes dos dois movimentos. Tanto o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Elton Weber, que representa os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, quanto o líder indígena de Iraí, no norte gaúcho, Augusto Kaingang, rejeitam a ideia de trocar os terras que estão em litígio na região.

Nesta segunda-feira, o governo anunciou a proposta de vender os terrenos ao governo federal em uma tentativa de reduzir as disputas entre os índios, que defendem a demarcação de terras tradicionais, e os agricultores, que compraram essas terras da União durante o período de colonização.

Weber afirmou que é impensável que os agricultores deixem as terras, sobre as quais detêm inclusive escritura. O presidente da Fetag propõe que o governo assente, nos nove terrenos divulgados nesta segunda-feira, a população indígena.

Já Augusto Kaingang, líder indígena de Iraí, no Norte do Estado, região que registra 90% dos conflitos, adverte que o direito às terras tradicionais está previsto na Constituição de 1988 e que os grupos "não vão arredar pé". Segundo ele, o governo deve garantir as demarcações de terras aos índios e quilombolas, como previsto em lei, e indenizar os pequenos agricultores a quem a União "vendeu uma mula roubada".

A proposta de reassentamento trazida pelo secretário-chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, ocorre três dias depois de grupos indígenas protestarem em frente ao Piratini pedindo aceleração na demarcação de terras. No mesmo dia, pequenos agricultores reivindicaram, durante a abertura oficial da Expointer, o fim das demarcações pela Funai.

Segundo Pestana, o governador já solicitou ao Ministro da Justiça a ajuda da Força Tarefa Nacional e da Polícia Federal para auxiliar nas mediações devido ao acirramento dos conflitos. Apesar dos direitos envolvendo índios caberem à esfera federal, o Piratini pretende se colocar como mediador nos conflitos.

Confira a nota do governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre o impasse:

"O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, diante da questão envolvendo a demarcação de terras consideradas indígenas e ocupadas por agricultores familiares, esclarece sua posição:

CONT.



1) A demarcação de Terras Indígenas é de competência exclusiva da União, conforme estabelece a Constituição Federal. Portanto, o Governo do Estado não tem poder para determinar ou suspender qualquer ato demarcatório.

2) O Governo do Estado, por solicitação das próprias Lideranças Indígenas e de Agricultores Familiares, tem procurado promover a mediação, por meio do diálogo e da busca de soluções concertadas. Para isso, o Governo do Estado tem estimulado um diálogo entre Ministério Público Federal, autoridades da União, indígenas e agricultores familiares, que se encontram numa situação de instabilidade e tensão. Estes agricultores não são "ruralistas" como diz a Nota do Conselho Indigenista Missionário (que demonstra desconhecer a situação concreta no Estado), mas agricultores familiares. Não são "grileiros", mas pequenos proprietários, que pagaram pelas terras e que possuem títulos de propriedade conferidos pelo Poder Público, em outros governos.

3) Cabe destacar que a última demarcação de uma área no Rio Grande do Sul, colonizada ilegalmente, ocorreu no início dos anos 90. De lá para cá, são 20 anos de conflito e tensão, com indígenas acampados, sem as mínimas condições de vida, e com agricultores familiares em permanente instabilidade. Nesse contexto, o Governo do Estado atua no sentido de construir soluções mediadas, que garantam os direitos dos indígenas e também dos agricultores familiares. A nosso ver, indígenas e agricultores familiares são os principais interessados na busca de uma solução.

4) Além de procurar contribuir na resolução da questão fundiária, o Governo do Estado vem atuando fortemente para garantir outros direitos aos Povos Indígenas, com investimentos incomparáveis aos aplicados em governos anteriores. Além de políticas universais a que os indígenas podem acessar, destacamos um conjunto de políticas específicas que visam melhorar as condições de vida dos Povos Indígenas, das quais destacamos:

a) Produção e Segurança Alimentar para os Povos Indígenas: Apoio a ações produtivas e de segurança alimentar, totalizando R\$ 2,8 milhões; Assistência Técnica e Extensão Rural a todas as aldeias (mais de cem técnicos); Viabilização de recursos via Programa de Inclusão Produtiva do Governo Federal, no valor de 2.400,00 por família, para 3 mil famílias indígenas, totalizando R\$ 7,2 milhões; Distribuição de cestas básicas às aldeias indígenas; Viabilização de açudes nas aldeias indígenas.

b) Saúde Indígena: Ampliação da Atenção à Saúde Indígena de 20 para 52 municípios (de R\$ 60 mil para R\$ 156 mil mensais); 19 equipes de saúde bucal (R\$ 9.500,00 por equipe); Volume recursos ano de R\$ 2 milhões.

c) Habitação Indígena: A meta é construir 950 casas através do Programa Minha Casa Minha Vida, com a participação de R\$ 3 mil por casa por parte do Governo do Estado, totalizando R\$ 2,2 milhões.

d) Educação Indígena: Regularização das escolas indígenas; Concursos públicos específicos; Ampliação das Escolas de Ensino Fundamental para Ensino Médio.

CONT.



5) No recente Fórum de Cidadania dos Povos Indígenas, o Governo do Estado comprometeu-se em construir, em parceria com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, um Programa de Desenvolvimento Indígena, iniciativa que foi saudada pelas lideranças indígenas presentes no Fórum, o que deverá potencializar as ações já desenvolvidas.

6) O Governo do Estado, visando amenizar os conflitos, oferece áreas do Estado à União visando à constituição de aldeias indígenas ou de reassentamento de agricultores. Já concretizamos a transferência de uma área de 78 hectares em Santa Maria para 18 famílias Guaranis, que constituem a Aldeia Guaviraty, e estamos disponibilizando outras áreas, como os hortos florestais da CESA em Água Santa, Cachoeira do Sul e Camaquã, totalizando 274 hectares, e áreas da CEEE, totalizando 6.305 hectares.

7) Como se percebe, não estamos usando método da ditadura militar, como afirma a Nota do CIMI. Método da Ditadura é procurar resolver o problema pela violência, e não pela mediação, é utilizar indígenas e agricultores familiares para incitar ainda mais o conflito, é, de forma autoritária, não reconhecer direitos de ambas as partes. Em anexo (acima), divulgamos a manifestação de Dom Antonio Carlos Altieri, Arcebispo Metropolitano de Passo Fundo - RS, que solicita atenção à situação conflitiva na região.

8) Diante dos últimos acontecimentos, o Governador do Estado solicitou ao Ministro da Justiça a constituição de um Grupo Permanente de coordenação e mediação de conflitos envolvendo a demarcação de áreas consideradas indígenas no Rio Grande do Sul, formado pelo Ministério da Justiça, Funai e Ministério Público Federal, sediado no Estado. O Governo do Estado dará apoio para que este grupo funcione e encaminhe soluções para o conflito.

9) O Governo do Estado também solicitou ao Ministro da Justiça uma força-tarefa da Polícia Federal ou Força Nacional de Segurança para atuação nas áreas declaradas, que se constituem em território da União.

10) Por fim, conforme solicitação das Lideranças Indígenas e de Agricultores Familiares, o Governo do Estado está à disposição de contribuir na busca de soluções mediadas, desde que este continue sendo o entendimento das partes envolvidas. O nosso Governo está convicto de que sem soluções mediadas não há solução que garanta tanto o direito originário dos indígenas quanto dos agricultores familiares, possuidores de título de propriedade.

Porto Alegre, 02 de Setembro de 2013
Governo do Estado do Rio Grande do Sul"



Autores reivindicam espaço para a literatura indígena nas escolas

SÍTIO BOL, 03.09.2013

Rio de Janeiro, 3 set (EFE).- Vários escritores indígenas e acadêmicos pediram nesta terça-feira mais atenção para a cultura e a literatura dos povos nativos no sistema educacional do Brasil.

Os autores denunciaram, durante um debate na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que uma lei de 2008 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígenas em colégios públicos e privados de todo o país foi praticamente esquecida.

A escritora e doutora em letras Graça Graúna afirmou que "mesmo com essa lei" encontra "impedimentos" para dar espaço à literatura indígena nas universidades.

"Falta tempo para mostrar que existimos", disse a autora, da etnia potiguar, que expressou "certa decepção" com os programas de formação de professores, que, segundo ela, se baseiam na repetição de conceitos "que não têm nada a ver com a realidade" dos povos indígenas.

Por sua vez, o escritor Daniel Munduruku lamentou que nenhuma universidade do país tenha ainda uma cátedra de cultura indígena, mas ressaltou que nos últimos anos vários pesquisadores começaram a dedicar seus mestrados e doutorados à literatura destes povos, o que "cria uma nova perspectiva de formação de professores".

"Ainda há uma mentalidade retrógrada, que o índio só existe como elemento de folclore. Têm que perceber que os índios estão aí ganhando prêmios literários e de cinema. Isso é a realidade, temos que acabar com o romantismo, com a mentalidade do bom selvagem", comentou.

Já a acadêmica Lucia Sá destacou que nas aulas de literatura brasileira, as lições só remontam a 1500, ano do desembarque dos portugueses no Brasil.

A professora salientou que a narrativa oral dos índios é mais antiga e que, além disso, influenciou na dos portugueses, como por exemplo no romance "Macunaíma" (1928), de Mário de Andrade, uma das grandes obras modernistas do país e que "se baseou em histórias extraídas de povos do norte da Amazônia".

"A alta literatura se alimenta todo o tempo de relatos orais", comentou a professora, autora do livro "Literaturas da Floresta".

Munduruku acrescentou que a literatura escrita é "outra forma de expressão" à qual se adaptaram os índios, assim como a outros elementos culturais trazidos pelos conquistadores europeus como "vestir roupas, comer macarrão e beber Coca-Cola".

"Uma cultura não pode sobreviver, quando está em contato com outras, se não for com atualização permanente e constante", comentou Munduruku, vencedor do Prêmio Jabuti.



Indígenas na Bienal apostam na literatura para preservar cultura de seu povo
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 03.09.2013

A literatura produzida pelos povos indígenas foi tema de um debate promovido pela Bienal do Livro do Rio. Dentro do Café Literário, espaço tradicional do evento, o escritor indígena Daniel Manduruku, a educadora Graça Graúna e a escritora Lúcia Sá discutiram a importância da preservação da história dos índios por meio do texto escrito.

Lúcia, que é autora do livro "Literaturas da Floresta", disse que é importante reconhecer o registro oral dos indígenas como uma forma de literatura e valorizar a sabedoria dessas comunidades. Ela afirmou que a transposição do conceito de literatura para a oralidade ainda não é bem recebida nos meios acadêmicos.

"Muitos consideram nos cursos de Letras que a literatura chegou ao Brasil pela carta de Pero Vaz de Caminha", comentou a escritora.

O depoimento de Manduruku, porém, foi o que mais envolveu a plateia. Ele brincou com o público ao dizer que seu povo tem como tradição cortar a cabeça do inimigo e exibi-la como troféu, para espanto e riso geral: "Não mexam comigo", brincou.

O escritor diz não ter dúvidas de que é importante para as comunidades da floresta atualizarem sua tradição e incorporarem a tecnologia do homem branco.

"Meu povo tem 300 anos de relação com os brancos. Tivemos de nos adaptar e hoje utilizamos a internet, câmeras fotográficas e outros aparelhos para que a cultura sobreviva", disse.

Munduruku tem 43 livros publicados e faz pós-doutorado em Literatura na Universidade Federal São Carlos. Sobre a literatura em si, ele disse não mais ter preocupações estilísticas.

"Já não sofro mais por isso. A escrita é só mais uma forma de oralidade", destaca.

Ele explicou ainda que a maneira como o mundo dos indígenas e dos brancos se organiza é diferente.

"Isso que se chama de literatura indígena, na verdade, vem da necessidade dos brancos de conceituar tudo. O branco precisa de uma forma de encaixar tudo em conceitos, mas para nós o normal é pensar de forma circular, sem essa necessidade. Mas sabemos que a literatura é importante para preservar nossa cultura", complementou.



CNA registra 105 invasões indígenas e presidente pede proteção

SÍTIO REPORTER NEWS, 03.09.2013

No primeiro semestre de 2013, o Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo, órgão da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), registrou 105 invasões de indígenas em propriedades rurais do país. Os dados alarmantes fizeram com que a presidente da Confederação, senadora Kátia Abreu, apresentasse, nesta segunda-feira (02), projeto de lei que suspende processos demarcatórios de terras indígenas sobre propriedades invadidas por dois anos seguintes à sua desocupação.

“O Brasil vive uma dura realidade no campo, com 190 conflitos, sendo que Mato Grosso do Sul e Bahia vivem as situações mais críticas, com 67 e 80 fazendas invadidas – respectivamente”, alarmou a senadora, que acrescentou: “restabelecer o Estado de Direito e garantir segurança jurídica aos produtores rurais é fundamental ao bom desempenho da agropecuária brasileira”.

A produção agropecuária registrou crescimento de 14,7% no primeiro semestre, frente aos 2,6% de crescimento do PIB nacional e é o setor mais competitivo da economia nacional. “Queremos que áreas de produção sejam um patrimônio do Brasil, porque estão sustentando a economia frágil deste país”, ressaltou a presidente da CNA.

Kátia Abreu lembrou medida semelhante para resguardar a produção agropecuária das constantes invasões de propriedade pelo MST, e declarou-se especialmente preocupada com a pressão exercida pela Advocacia Geral da União (AGU) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre a Justiça Federal

“Essa pressão já está produzindo efeitos, com recuos de liminares pela reintegração de posse, contudo devemos ser firmes e não podemos deixar que a Justiça volte atrás nestas decisões”, salientou a senadora.

Projeto de lei

No projeto, a senadora propõe que, em caso de reincidência, seja dobrado o prazo de dois anos de suspensão de processos demarcatórios, tanto para simples estudos como nos processos em curso para criação, homologação, regularização ou ampliação de terras indígenas, informou a assessoria de imprensa do CNA.

O projeto prevê ainda a apuração da responsabilidade civil e administrativa daquele que incitar, facilitar ou proporcionar o descumprimento destas vedações, por ação ou omissão.

Por: Rodrigo Maciel Meloni

Fonte: Agro Olhar



Adiada para amanhã reunião sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 03.09.2013

Agência Câmara

Foi adiada para amanhã (4), às 16h, a reunião do Grupo de Trabalho de Terras Indígenas, formado por parlamentares e lideranças indígenas. A expectativa é a apresentação do relatório final dos trabalhos do grupo, criado em abril deste ano para tentar um acordo em torno das regras de demarcação de terras indígenas.

O grupo, coordenado pelo deputado Lincoln Portela (PR-MG), surgiu da pressão de centenas de índios que ocuparam o Plenário da Câmara em 16 de abril, em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere para o Legislativo o poder de decidir sobre a homologação das terras indígenas. Para os índios, a PEC inviabiliza a criação de novas reservas devido à força da bancada ruralista no Congresso.